

OS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NA OFERTA DOS CURSOS DE DIREITO

Dra. Iara de Xavier



www.abmes.org.br



/redeABMES

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE CURSO DE GRADUAÇÃO X CURRÍCULO MÍNIMO

- **LEI Nº 9.131/1995**, que criou o Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação:
§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:
c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;
- **LDB Nº 9.394/1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **PARECER CNE/CES Nº 776/97**, que trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS são **orientações** para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação.
- MATRIZ CURRICULAR
- CURRÍCULO
- PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO



DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004.
- RESOLUÇÃO CNE/ CES Nº 3, DE 14 DE JULHO DE 2017. Altera o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito – Estágio Curricular.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) INSTITUIU, EM 2015, A COMISSÃO PARA REVISAR AS DCN DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO 9/2004.
- PARECER CNE/CES Nº 635, APROVADO EM 4/10/2018 E HOMOLOGADO PELA PORTARIA Nº 1.351, PUBLICADA NO DOU EM 17/12/2018.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DOU EM 19/12/2018.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5/2018

Síntese da construção coletiva, que contou com a participação de representantes de Entidades, de Instituições e da Sociedade, na elaboração das DCN de Direito que estão em consonância com os atos regulatórios, com os instrumentos de avaliação do INEP e, principalmente, com o **paradigma do saber.**



www.abmes.org.br



/redeABMES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

- Perfil do graduando.
- Competências, habilidades e os conteúdos curriculares básicos, exigíveis para uma adequada formação teórica, profissional e prática.
- Prática jurídica.
- Atividades complementares.
- Sistema de avaliação.
- Trabalho de Curso (TC).
- Regime acadêmico de oferta.
- Duração do curso.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- ✓ Atividades de ensino dos cursos de Direito devem estar articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa.
- ✓ PPC deve prever ainda as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- **Perfil do Graduando:**

Sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Os planos de ensino do curso devem demonstrar como contribuirão para a adequada formação do graduando em face do perfil almejado pelo curso.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- Além das exigências de saber ler, interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico e comunicar-se com precisão, foram demandadas: o domínio de tecnologias (especialmente em razão das mudanças ocorridas nos processos de trabalho), e saber como cultivar o diálogo e valer-se de meios consensuais de solução de conflitos.
- O texto do Parecer nº 635 destaca a possibilidade de mudanças do cenário profissional decorrentes da inserção de **novas tecnologias**, como por exemplo **a redução ou substituição de tarefas humanas por sistemas informatizados**.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

DCN orientam a organização curricular a partir de 3 perspectivas formativas:

- i)** Formação Geral, que suscintamente pode ser entendida como aquela que apresenta os elementos fundamentais do Direito em diálogo com as áreas afins, como a história, a sociologia, a filosofia e a antropologia;
- ii)** Formação Técnico-jurídica, que trata das teorias e enfoques dogmáticos do Direito, situando-os sócio, político, geográfica, econômica e culturalmente, e
- iii)** Formação Prático-profissional, cujo o foco é a integração entre teoria e prática, com ênfase na solução de problemas.

A possibilidade de introduzir conteúdos regionais, nacionais ou internacionais de relevância para a formação do egresso foi facultada às IES.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Novas disciplinas obrigatórias foram inseridas:

- i) Direito Previdenciário; Mediação, Conciliação e Arbitragem, e
- ii) Teoria Geral do Direito, anteriormente tratada como conteúdo transversal.

Outros temas como Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito do Consumidor e Relações Étnico Raciais, contemplados no currículo de forma transversal.

Permanecem as exigências da realização de **atividades de extensão** para aproximação com a comunidade, das **Práticas Jurídicas**, do **estágio supervisionado** e de elaboração do **TC** – que passa a assumir um papel importante como instrumento de síntese do processo de aprendizagem, e deixa de ser uma obrigatoriedade individual, podendo ser elaborado de forma colaborativa entre graduandos.

Carga horária referencial - 3.700 horas.

EIXOS TRANSVERSAIS



INOVAÇÃO - entra como diferencial para alavancagem na melhoria da qualidade e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados, sejam eles em processos de gestão ou em processos acadêmicos.

TECNOLOGIA - incorporada no processo ensino aprendizagem como elemento de ruptura paradigmática.

FUNÇÕES TÍPICAS DE ADVOGADOS JÁ SÃO FEITAS POR SOFTWARES E ROBÔS

Um em cada quatro empregos conhecidos hoje deverá ser substituído por softwares e robôs até 2025 — e há quem aposte numa proporção ainda maior.

O fato é que a tecnologia ameaça não apenas trabalhos braçais, mecânicos e técnicos mas também profissionais de carreiras tradicionais, como medicina, jornalismo, engenharia e, agora, direito.

Os robôs estão assumindo cada vez mais funções nos grandes escritórios de advocacia — que, não é de hoje, são tocados como empresas e vivem as mesmas pressões por eficiência de qualquer negócio.

“Nos próximos três anos, vamos ver outro mundo jurídico”, diz Guilherme Horn, diretor executivo da consultoria Accenture.

Os softwares de última geração não só compreendem significados como também fazem correlações. Além de analisar milhões de documentos em segundos, eles sugerem decisões a serem tomadas e alertam para qualquer mudança que possa afetar o caso.

FUNÇÕES TÍPICAS DE ADVOGADOS JÁ SÃO FEITAS POR SOFTWARES E ROBÔS

A necessidade de automatizar procedimentos e reduzir despesas fez com que as áreas de suporte e tecnologia se unissem para desenvolver softwares que fazem em segundos o trabalho que dezenas de advogados demorariam meses — e analisa até mesmo o histórico de decisões de determinado juiz e a chance de sucesso de cada causa.

“Não queremos substituir o advogado, mas dar ferramentas a ele para não perder tempo e ter o máximo de dados qualificados para tomar decisões”, diz Renato Mandaliti, um dos fundadores da Finch, que faturou cerca de 50 milhões de reais em 2016.

IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Base Legal: Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior
- Século XXI
- implantação das DCN – ressignificação Institucional e do Curso de Direito – Planejamento Estratégico – PDI – PPI – PPC – **TEMPO E ESPAÇO**
- Paradigma do Saber - Modelos Acadêmicos – ensino – pesquisa/iniciação científica – extensão
- RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

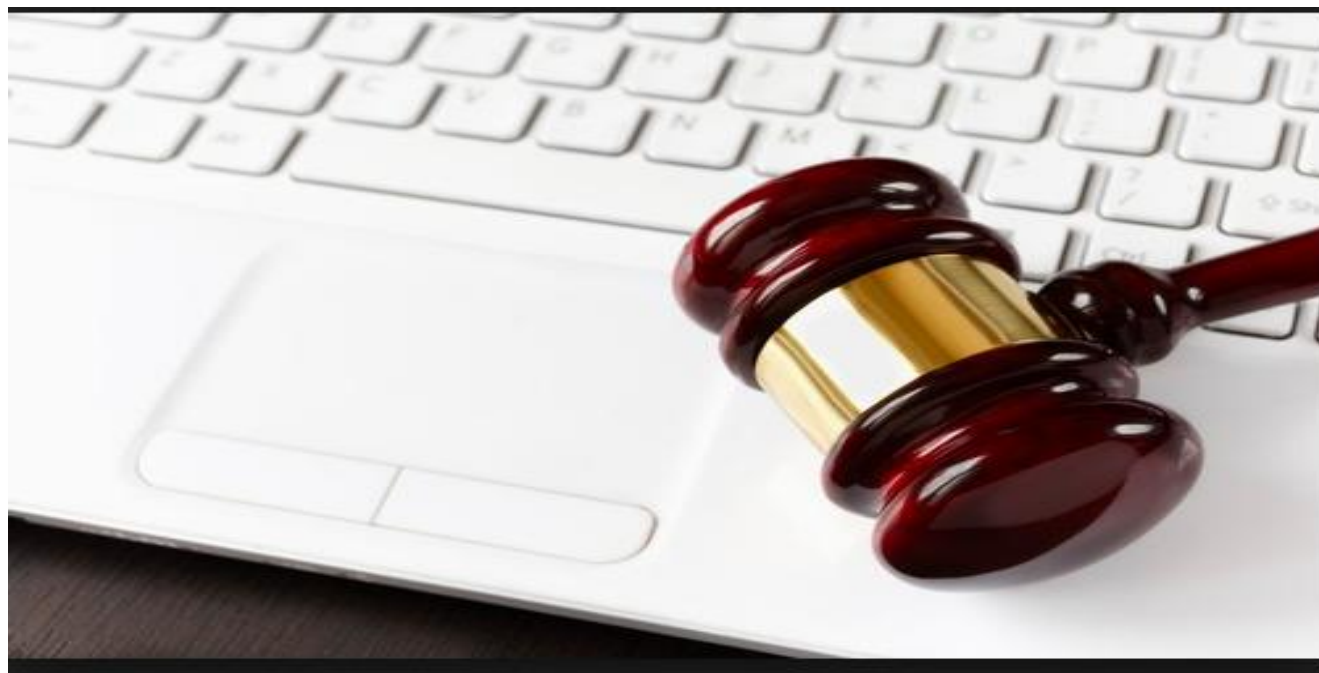
- Interdisciplinaridade
- Metodologias Ativas e Criativas
- Inovação
- Empreendedorismo
- Internacionalização
- Tecnologia

OS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NA OFERTA DOS CURSOS DE DIREITO

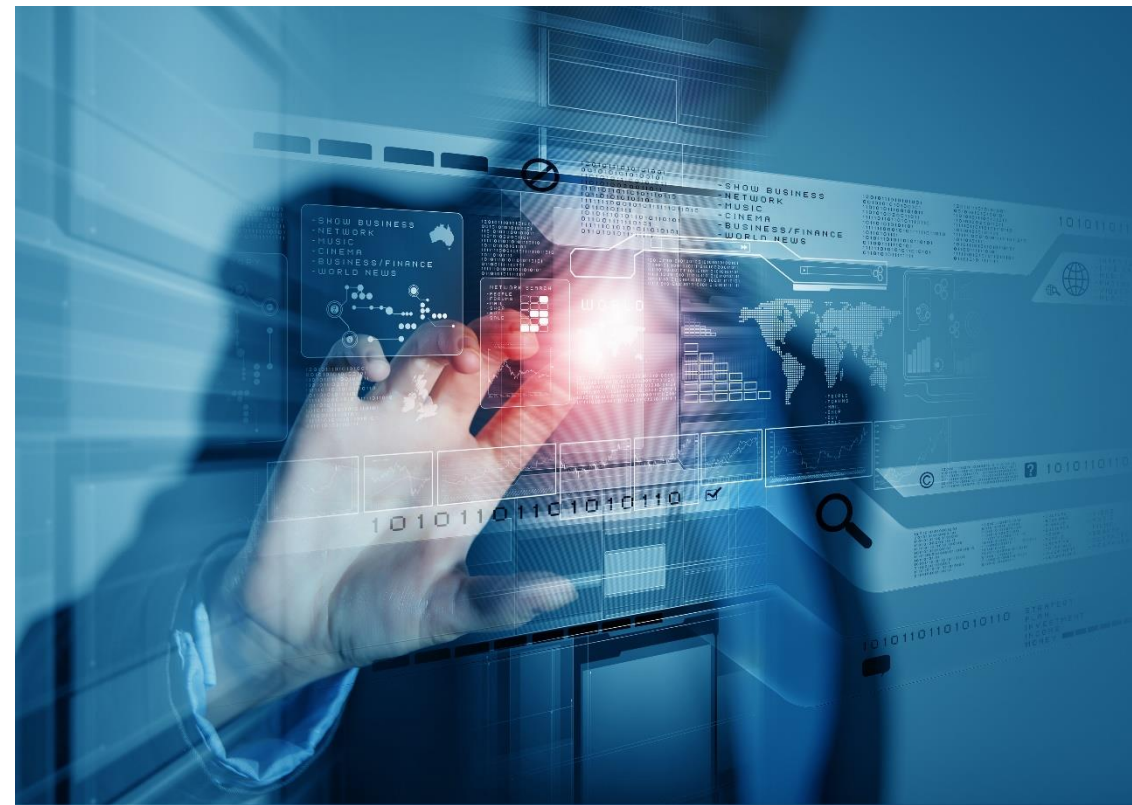
Como ser um bom advogado na era digital?

Existe conflito no mundo da advocacia entre o modelo tradicional e o modelo que não para de evoluir e se adaptar ao novo cenário jurídico digital?

E os Cursos de Graduação em Direito no Brasil?



IMPACTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



Muito Obrigada!!!

Iara de Xavier

iaradexavier08@gmail.com



www.abmes.org.br



[/redeABMES](#)



ABMES[®]

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior